

Índice

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	1
5.2 Descrição dos controles internos	5
5.3 Programa de integridade	11
5.4 Alterações significativas	15
5.5 Outras informações relevantes	16

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Companhia informa que, em razão dos fatos já divulgados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a sua administração vem conduzindo trabalhos para fins de revisão da sua governança, de modo que esta Política de gerenciamento de riscos e controles internos poderá sofrer alterações.

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos, a qual foi formalmente atualizada e aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 09 de agosto de 2022 ("Política de Gerenciamento de Riscos").

Além disso, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como: Código de Ética e de Conduta, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, Política de Compliance, Política de Combate à Corrupção, Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo dentre outras.

As nossas políticas, códigos e regimentos podem ser consultados em nosso *website* de relações com investidores: ri.americanas.io

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio do Emissor, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à mesma ou seu setor de atuação.

i. Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia tem como escopo de sua política de gerenciamento de riscos a proteção contra riscos internos, ou seja, aqueles inerentes ao negócio, e externos, que dependem do contexto no qual o Emissor está inserido. Além disso, uma série de outros fatores de risco são monitorados no dia a dia por frentes específicas, como riscos associados às demonstrações financeiras ou a conduta de associados, parceiros e fornecedores.

i.i. Riscos inerentes às atividades do negócio

A abordagem do gerenciamento de riscos adotada pela Companhia tem por escopo primordial a identificação e a adoção de mecanismos de proteção aos riscos inerentes ao negócio e seu desenvolvimento. Esses riscos possuem diferentes fontes, podendo emergir desde o planejamento estratégico até os impactos externos projetados por meio da atividade fim.

Dentre estes, fazem parte do escopo do gerenciamento de riscos:

- a) Os riscos provenientes de aquisições, projetos e iniciativas;
- b) Riscos observados nas atividades, plataformas tecnológicas e processos que compõem a cadeia de valor do negócio;
- c) Riscos que possam impactar a continuidade do negócio e/ou resultar em perdas operacionais;
- d) Riscos relacionados a conduta, integridade e conformidade;
- e) Riscos relacionados à imagem e reputação da Companhia.

i.ii. Riscos de fontes externas

Para proteger e gerar valor para o negócio, o gerenciamento de riscos estende seu escopo ao ambiente externo, no qual a Companhia e seus negócios estão inseridos, observando as constantes mudanças que ocorrem e na forma como elas podem afetar os objetivos do negócio, buscando ações que permitam antecipar os impactos e reajustar o planejamento estratégico, de modo a mitigar riscos emergentes e explorar as oportunidades.

Para o gerenciamento dos riscos relacionados a esse ambiente são considerados aspectos como:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- a) As transformações na sociedade;
- b) Vulnerabilidade às mudanças climáticas e questões ambientais;
- c) Pandemias, desastres naturais ou humanos;
- d) Incerteza quanto ao cenário político e econômico;
- e) Variações nas taxas e índices de mercado, como câmbio, inflação, PIB, dentre outras;
- f) Mudanças no ambiente regulatório, incluindo a legislação e a regulação de mercado vigentes e o surgimento de novas leis, jurisprudências ou determinações;
- g) Problemas de segurança pública;
- h) Aumento da competitividade;
- i) Avanços tecnológicos, mudanças nos padrões de consumo e surgimento de novos nichos e segmentos;
- j) Ataques cibernéticos.

i.iii. Riscos monitorados por frentes específicas

Em sua estrutura organizacional, a Companhia possui áreas e células dedicadas à proteção e ao controle de riscos específicos, abordados em paralelo às demais frentes citadas, mas também considerados no processo de gerenciamento de riscos, sendo eles:

- a) Riscos de perda de mercadoria e patrimonial;
- b) Riscos de conduta;
- c) Riscos cibernéticos;
- d) Riscos financeiros (crédito, liquidez, garantias, etc.);
- e) Riscos nas demonstrações e reportes financeiros;
- f) Riscos ambientais;
- g) Riscos jurídicos.

ii. Instrumentos Utilizados para Proteção

O sistema de gerenciamento de riscos é composto por um processo definido com base nos principais *frameworks* para gerenciamento de riscos, como a ISO31000 e o COSO II, sendo ele composto pelas etapas de (a) identificação dos riscos e fatores de risco; (b) avaliação e priorização dos riscos (c) plano de ação para resposta ao risco e (d) monitoramento e reavaliação:

Durante esse processo são utilizadas ferramentas como a Matriz de probabilidade x impacto, onde os riscos identificados são avaliados com base em sua probabilidade (ou frequência esperado) e em seu potencial de impacto para os objetivos do Emissor para se chegar a uma pontuação denominada grau de risco. O Mapa de Riscos, também utilizado, concentra todos os riscos avaliados, listados com base em sua criticidade (grau de risco) e agrupados com base nas categorias citadas no tópico i. do Item 5.1 do presente formulário.

Essas ferramentas são operacionalizadas pela área de Riscos e Controles Internos, e o resultado, que pode ser visualizado através do mapa de riscos do Emissor, é apresentado uma vez por ano e sempre que necessário ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, junto ao plano de ação de cada um dos riscos classificados como prioritários. As demais áreas componentes da segunda e primeira linha, em conjunto com a Administração, priorizam o acompanhamento das ações e os indicadores relacionados a esses riscos que são monitorados regularmente nas três linhas.

Além disso, o Emissor se utiliza de instrumentos formais como políticas, códigos e regimentos para assegurar que haja uma maior proteção de valor e um menor desvio em relação aos objetivos almejados, como é o caso do Código de Ética e de Conduta, que visa reduzir a ocorrência de riscos de Conduta.

Cabe ressaltar ainda que o Emissor possui um sistema de Controles Internos que objetiva não só aprimorar e assegurar a integridade das demonstrações financeiras, mas também fornecer a primeira e segunda linhas um importante mecanismo para a proteção de valor, que possibilita identificar e tratar erros e desvios nos processos que poderiam configurar riscos operacionais materializados. Além disso, a Companhia também conta com uma área de Auditoria Interna responsável por testar a eficiências dos controles.

iii. Estrutura Organizacional de Gerenciamento de Riscos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A estrutura organizacional do gerenciamento de riscos é composta das seguintes áreas/órgãos, além das áreas de primeira linha diretamente relacionadas ao risco priorizado, com as seguintes competências:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável por:

- Validar as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos da americanas s.a.;
- Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras;
- Incentivar, direcionar e patrocinar o monitoramento dos riscos prioritários dentro dos comitês de assessoramento.

Comitê de Auditoria:

Compete ao Comitê de Auditoria:

- Fornecer ao Conselho de Administração, sempre que necessário, sua percepção do grau de exposição a riscos da Companhia e influenciar na definição dos limites de apetite ao risco;
- Avaliar e validar a revisão anual do Mapa de Riscos, bem como os planos de ação para tratamento dos riscos prioritários;
- Monitorar os riscos prioritários que não estiverem sendo acompanhados pelos demais comitês de assessoramento conforme direcionamento do Conselho de Administração.

Diretoria

A Diretoria é responsável por:

- Revisar as diretrizes, Matriz e Mapa de Riscos, determinando os limites de exposição e deliberando quanto às ações para mitigação dos riscos;
- Definir e dar suporte à estrutura de gerenciamento de Riscos da Companhia;
- Definir, em conjunto com a área de Riscos e a primeira linha, os planos de ação para mitigação dos Riscos, dando suporte para a sua execução;
- Supervisionar o processo de avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco;
- Validar e garantir o cumprimento dos planos de contingência, de modo a garantir a Continuidade do Negócio;
- Disseminar a cultura da gestão de Riscos na Companhia e em suas controladas.

Área de Riscos e Controles Internos

A Área de Riscos e Controles Internos são responsáveis por:

- Definir e desenvolver a metodologia para gerenciamento de riscos internamente;
- Elaborar e atualizar a Matriz de Riscos, revisando as informações contidas sempre que houver mudanças relevantes na percepção de criticidade dos riscos;
- Interagir com as áreas críticas da Companhia, de modo a se antecipar aos Riscos decorrentes de iniciativas e projetos, bem como às vulnerabilidades identificadas em novos negócios e aquisições;
- Analisar os processos atuais sob a ótica de Riscos e Controles Internos, avaliando, implantando e monitorando ações e controles com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;
- Operacionalizar e disponibilizar à Diretoria, ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria o Mapa de Riscos da Companhia, contendo os riscos prioritários e os respectivos planos de ação para resposta;
- Identificar o potencial de impacto na continuidade do negócio dos riscos mapeados em cada uma das frentes de atuação, estruturando junto às áreas de negócio ações de contingência e procedimentos de resposta em um plano de contingência;
- Comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;
- Fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda, apresentando, sua percepção quanto à exposição ao Risco em um determinado processo, projeto ou iniciativa;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Redesenhar processos críticos junto a primeira linha e normatizar os processos redesenhados.

Auditoria Interna

A área de Auditoria Interna é responsável por:

- Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria, quando necessário;
- Testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos;
- Identificar eventuais vulnerabilidades nos processos da Companhia e comunicá-las em tempo hábil para a área de Riscos e Controles Internos;
- Atuar junto a primeira e segunda linhas no tratamento de desvios e vulnerabilidades identificadas, supervisionando a implementação de ações corretivas para mitigação de riscos;
- Verificar e testar periodicamente a existência e a adequação do Plano de Continuidade do Negócio e dos planos de contingência para as principais atividades da Companhia.

Investigações

A área de Investigações é responsável por:

- Apurar casos suspeitos de fraudes e de outras ações que possivelmente contrariem os valores, Código de Ética e Conduta e demais Políticas da Companhia;
- Utilizar técnicas de entrevista, forense e análise SCAN para levantamento de dados e apuração de suspeitas, que podem ser recebidas por meio de monitorias próprias, checagens da Auditoria Interna, acionamento das demais áreas da Companhia ou através do Canal de Denúncias;
- Gerenciar o canal de denúncias e as denúncias recebidas por meio deste.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia informa que, em razão dos fatos já divulgados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, contratou uma consultoria especializada para avaliar se sua estrutura operacional e seus controles internos estão adequados ao seu porte e à complexidade de suas atividades para monitorar os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz e periodicamente testar os controles utilizados para mitigar esses riscos e os correspondentes impactos nos seus resultados.

Nossa administração monitora e avalia se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos. Além disto, na data deste Formulário de Referência, possuímos um Comitê de Auditoria instalado, conforme prática recomendada pelo Novo Mercado, e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. - Descrição dos controles internos

A Companhia informa que segue conduzindo esforços para revisar e aprimorar suas estruturas de governança de modo à fortalecer seu ambiente de controle e disseminar uma cultura de gerenciamento de riscos dentro do negócio. A Política de Gerenciamento de Riscos segue em revisão, com previsão para aprovação pela Alta Administração ainda no ano de 2024.

a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os processos de gestão de riscos e de controles internos da Companhia estão estabelecidos com base nas premissas do COSO II — *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. Neste sentido, a administração da Companhia possui um conjunto de normas, políticas e procedimentos que constituem a base para a prática de controles internos em todos os níveis da sua estrutura, seja em termos hierárquicos ou organizacionais.

O sistema de controles internos da Companhia é composto por práticas e parâmetros, que consideram:

- Aspectos de conduta, ética, governança e cultura;
- Desenvolvimento da estratégia;
- Formulação dos objetivos de negócio, avaliação do desempenho, identificação, monitoria e priorização dos riscos com implementação das respostas aos riscos priorizados;
- Atividades de controle desenvolvidas ao longo da cadeia de valor, voltadas para a prevenção e detecção de fraudes, erros operacionais e outros riscos relacionados às transações, como aprovações, segregação de funções, alçadas, revisões, conciliações, controles automáticos e outros.
- Análise e revisão conforme mudanças importantes no contexto do negócio;
- Informação e comunicação, incluindo as alavancas de sistemas de informação; e
- Aprimoramento contínuo por meio de testes e avaliações de sua efetividade.

As práticas adotadas têm por objetivo promover um sistema de Controles Internos robusto, permitindo a mitigação de riscos, revisando os controles adotados e implementados novos sempre que necessário com o objetivo de aperfeiçoar os níveis de controle da organização.

Além disso, considerando o conjunto de atividades de controle, a Companhia realiza avaliações cíclicas compostas por mapeamentos, avaliação de riscos, detalhamento de mecanismos de controles e testes de design e efetividade, de modo a identificar oportunidades e deficiências e possibilitar o seu aprimoramento contínuo.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

As atividades de gerenciamento de Riscos realizadas na Companhia têm como princípio a adoção do Modelo das Três Linhas, que determina, de forma geral, as atribuições nos processos de gestão de riscos e de controles internos a três níveis organizacionais distintos que atuam de forma complementar nos esforços para proteção e mitigação de riscos.

O modelo e sua abordagem compreendem os seguintes componentes:

- 1ª Linha: Áreas que executam atividades finais, sendo responsáveis por executar as atividades de controle relacionados a entrega de produtos e serviços aos clientes no dia-a-dia da operação;
- 2ª Linha: áreas especializadas que fornecem apoio a Primeira Linha, realizando monitorias e questionamentos quanto aos controles praticados e oferecendo mecanismos de proteção aos riscos identificados;
- 3ª Linha: área de Auditoria Interna, responsável por realizar avaliação e assessoria de forma independente e objetiva para mensurar a efetividade dos mecanismos de proteção e mitigação de riscos desenvolvidos e executados pelas Primeira e Segunda linhas, identificando e comunicando oportunidades de melhoria.
- Corpo Administrativo: Presta contas às partes interessadas e supervisiona a atuação das três linhas, avaliando a efetividade do gerenciamento de riscos e garantindo o comprometimento de todas as estruturas envolvidas por meio de integridade, liderança e transparência.

5.2 Descrição dos controles internos

As atividades de reporte e normatização dos Controles Internos são centralizadas na área de Riscos e Controles Internos, reportando à diretoria estatutária da Companhia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

No nível das transações, as atividades de controles internos são implementadas, monitoradas e avaliadas em todos os estágios dos processos de negócios e no âmbito da tecnologia da informação. Estas atividades de controles variam em sua natureza e abrangem um conjunto de atividades manuais e automatizadas, tais como autorizações e aprovações, conferências, reconciliações e avaliações de desempenho de negócios. Os principais executivos da Companhia, incluindo cargos gerenciais e de diretoria, são responsáveis pelo acompanhamento da evolução das práticas e da evolução dos controles ao longo do tempo. A Companhia conta com uma área de Controles Internos responsável por gerenciar os controles executados pela primeira linha, de forma a identificá-los e auxiliar as áreas responsáveis pelos mesmos sanando eventuais deficiências.

Além disso, as atividades de testes e avaliação de efetividade de controles realizadas pela área de Controles Internos e pela Auditoria Interna são reportadas periodicamente ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, que fornecem o apoio necessário para a priorização e implementação de ações que visem aprimorar o sistema de Controles Internos da Companhia.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado do auditor independente

As informações abaixo apresentadas estão relacionadas ao relatório circunstanciado emitido pelos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social de 2022 e estão sendo apresentadas agora, em 2024, em virtude da complexidade da fraude nas demonstrações financeiras da Companhia e aos esforços envidados pela Companhia no ano de 2023 para aprovação de seu Plano de Recuperação Judicial.

O estudo e a avaliação dos processos que impactam as Demonstrações Financeiras e de controles internos da Companhia conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, é efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

No exame realizado pela auditoria independente, selecionam-se procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Dentre esses procedimentos, entende-se o que inclui o controle interno da Companhia, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Assim, são apresentadas recomendações para o aprimoramento dos controles internos resultantes das constatações feitas no decorrer de nossos trabalhos por meio de uma carta de recomendação, emitida ao final de toda auditoria anual. Em tal documento, são comentados os pontos de melhoria nos controles internos e, quando aplicável, deficiências significativas.

Em razão dos fatos já divulgados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Companhia contratou consultoria especializada para auxiliar a administração na apresentação das DFs de 2022 e reapresentação das DFs do exercício anterior.

A administração da Companhia realizou todos os ajustes necessários nas DFs de 2022 e 2021 e concluiu que as referidas DFs, apresentadas em 16 de novembro de 2023, com abstenção de opinião do auditor independente, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a condição financeira, os resultados de operações e o fluxo de caixa, uma vez que os efeitos de todos os fatos conhecidos pela administração até a conclusão das DFs já foram nelas refletidos.

5.2 Descrição dos controles internos

Em 15 de janeiro de 2024, os auditores independentes emitiram o relatório circunstanciado de recomendações sobre os trabalhos realizados relativos à auditoria das DFs de 2022 e 2021 da Companhia e suas controladas, com comentários da Administração.

Os auditores entendem que os assuntos reportados não representaram riscos de distorções relevantes para as DFs e, portanto, não afetaram o relatório de auditoria, emitido com abstenção de opinião, datado de 14 de novembro de 2023.

Durante o processo de auditoria para reapresentação das DFs de 2022 e 2021, foi observada no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado pelo auditor independente à Companhia em janeiro de 2024, a informação sobre a existência das seguintes deficiências significativas relacionadas aos aspectos (i) contábil; (ii) tecnologia da informação; e (iii) normas e procedimentos operacionais "POPs":

(i) Contábil:

- Contas a receber – Manutenção de controles adequados de reconciliação da posição de cartões com os extratos extraídos das operadoras e terceiros relacionados:

Foi identificado que o controle de movimentação geral de cartões preparados em arquivo Excel não possui evidências formalizadas de que a base utilizada foi extraída dos seus sistemas internos. Não houve resposta das cartas de circularização de adquirentes e operadoras de cartões (Adyen - HNT, Alelo e Cielo) e foi necessário realizar procedimentos alternativos para a validação dos saldos. E não foram identificados (i) procedimento uniforme de reconciliação para transações e saldos do Contas a Receber; (ii) controle adequado de conferência de saldos e transações com a AME Digital; (iii) controle adequado de conferência de saldos e transações com investida da Companhia.

- Fornecedores e contas a pagar – Ausência de classificação financeira que permita o confronto com a posição contábil:

Foi identificado na reconciliação de Demais Fornecedores, Aluguéis a Pagar, Concessionária a Pagar e Contas a pagar de serviços de limpeza variações entre a posição financeira e contábil. Em 31/12/22 as correções foram realizadas para fins de divulgação das demonstrações contábeis.

- Fornecedores e contas a pagar – Conciliação de Fornecedores – inconsistências:

Foram identificadas (i) R\$ 26 mil em inconsistências nos saldos de contas a pagar da Companhia em 31/12/22 em relação ao Quadro Geral de Credores apresentado no Plano de Recuperação Judicial de 12/01/23; e (ii) R\$ 2,5MM de diferenças entre as respostas de conciliação de fornecedores para os quais foram realizados procedimentos alternativos para a análise dos saldos.

- Despesas com vendas – Ausência de documentação suporte:

Foi identificada ausência de documentação suporte da seleção de algumas despesas com vendas.

- Despesas gerais e administrativas – Ausência de documentação suporte:

Foi identificada ausência de documentação suporte da seleção de algumas despesas gerais e administrativas.

- Despesa financeira – Ausência de documentação suporte:

Foi identificada ausência de documentação suporte da seleção de algumas despesas financeiras.

- Combinações de negócios – Falhas nas informações prestadas para avaliação econômico-financeira realizada no contexto de aquisição do negócio HNT em 2021.

(ii) Tecnologia da Informação:

- Aplicáveis à Companhia:

- Segregação de acessos (acessos conflitantes – Matriz Sod) Sistemas Umbrella, EBS e HYDRA e SAP e revisão de acesso Sistema SAP e Mastersaf:

5.2 Descrição dos controles internos

Não foram registradas revisões de acesso para o Sistema Mastersaf durante o período de 21/22. Foram notados usuários ativos com acessos conflitantes por meio de relatórios extraídos dos Sistemas Umbrella, EBS e Hydra. Não houve a conclusão dos testes de acessos conflitantes no sistema SAP, pois não foi possível verificar o cargo e a função junto ao cadastro do RH e identificou-se a presença de usuários genéricos sem a descrição do nome completo do responsável.

- **Gestão de Mudanças:**

Foi identificada ausência de evidência de controle que garanta que toda aplicação desenvolvida e transportada para ambiente de produção nos sistemas é realizada após confronto de mudança desenvolvida versus mudança solicitada, sendo devidamente testada e aprovada.

- **Segregação de Ambientes (Sistemas Umbrella e EBS):**

Não foram recebidas pelos auditores independentes documentações suficientes para concluir se o controle opera de maneira eficaz ou ineficaz para segregação de ambientes no sistema EBS e não foi identificado usuários ativos nos recursos de desenvolvimento, homologação e produção no sistema Umbrella.

- **Gestão de incidentes:**

Não foram recebidas pelos auditores independentes evidências de controles e processos referentes a gestão de incidentes da Americanas, incluindo a falta de política de tratamento de incidentes.

- **Gestão de Vulnerabilidades:**

Os auditores independentes não identificaram uma base completa de 2021 a 2022, tendo apenas a lista referente ao período de julho a setembro/22. Desta forma, não foi possível aos auditores independentes emitirem opinião a respeito.

- **Aplicáveis ao negócio HNT:**

- **Ausência de um Plano de Continuidade de Negócios – PCN e do Plano Recuperação de Desastres – PRD para o negócio HNT:**

Foi identificada ausência de um Plano de Continuidade de Negócios (PCN), Plano de Recuperação de Desastres (PRD), Business Impact Analysis (BIA), testes de aplicação e as respectivas políticas no HNT.

- **Ausência de um processo formal no HNT para revisão dos acessos aos sistemas e segregação destes:**

Foi identificado que não existe processo formal de revisão de acesso para os sistemas SAP e HYDRA, ausência de Matriz SOD e funções conflitantes atreladas aos mesmos usuários.

- **Uso de contas genéricas e ausência de Termos de Responsabilidade relacionados aos usuários genéricos e com acessos privilegiados nos sistemas de HNT:**

Foi identificado nos sistemas SAP, HYDRA e na rede AD usuários genéricos e administradores sem documentação suporte e duplicados, incluindo a falta de Termo de Responsabilidade para controle de contas e ausência da aprovação da Alta Administração para utilização de contas genéricas e administradoras.

- **Ausência de processo formal para Gestão de Mudanças nos sistemas de HNT:**

Não foi recebida pelos auditores independentes política, procedimentos, matriz de gestão de mudanças e a lista de chamados relacionados a mudanças de sistemas. Também não foram identificados controles que assegurem que todas as mudanças adicionadas nos sistemas em ambiente de produção estão relacionadas a uma requisição formal, testada e aprovada.

- **Gestão de Vulnerabilidades – Pendências de 2021 na solução de vulnerabilidades consideradas críticas para alguns dos sistemas de HNT:**

5.2 Descrição dos controles internos

Foi identificada ausência de testes de penetração e seis vulnerabilidades que não foram solucionadas e estão sem tratativa desde 2021, duas destas vulnerabilidades foram consideradas de alta criticidade.

- Segregação de Ambientes – Inexistência de segregação adequada entre os ambientes de tecnologia para homologação e produção de sistema de HNT

Os auditores independentes identificaram ausência de segregação de ambiente eficaz.

(iii) Normas e Procedimentos Operacionais “POPs”:

- Ausência de políticas e procedimentos operacionais formalizados para os processos de estoque obsoleto, fechamento contábil, faturamento e folha de pagamento.
- Formalização do processo de revisão e aprovação dos lançamentos manuais

Foi identificado volume significativo de lançamentos manuais correspondentes a registros contábeis fictícios e sem documentação suporte, como: ajustes da reapresentação, verbas de propaganda cooperada, juros de risco sacado, registros fictícios em imobilizado, intangível e em outras contas a pagar.

- Ausência de formalização das análises contábeis:

Não foi identificada a formalização das análises contábeis gerencias e externas ao ERP.

- Formalização da revisão sobre o mapa de consolidação:

Foi identificada falta de formalização na revisão do mapa de consolidação, que após atualização pelo analista é revisado pelo gerente, mas de maneira informal.

- Necessidade de aprimoramento nos controles de tomada de equivalência patrimonial e consolidação de controladas:

Foi identificado risco de erro e inconsistências no mapa de equivalência patrimonial e no de consolidação devido ao grande volume de dados e transações que são registrados em planilhas eletrônicas. Foram consideradas possíveis inconsistências diante de diversos balancetes extraídos, em sistemas diferentes (SAP e Oracle), para compor saldos da Companhia.

- Ausência de formalização das revisões realizadas nos registros contábeis:

Foram identificadas (i) diversas contas contábeis sem relação direta entre a bases de informação ea posição contábil, e sem designação formal de um preparador e revisor; e (ii) fragilidade na rotina e processamento de dados contábeis. O auditor recomendou procedimentos para a formalização das revisões, incluindo nome, data e rastreio de ajustes pelo revisor, minimizando assim o risco de fraude.

- VPC (Verba de Propaganda Cooperada) – Fragilidade no processo de validação das Cartas de VPC inseridas no sistema para contabilização:

Foi verificada (i) a existência de uma rotina de processamento e registros de VPC fora da rotina oficialmente desenhada e prevista pela Companhia; e (ii) a existência de registro de verba com fornecedores sem o devido respaldo documental e sem a devida rotina de aprovação destas transações. Os auditores independentes consideraram a rotina de VPC frágil e suscetível a inconsistências pois parte das correspondências com fornecedores ainda são formalizadas por mensagem eletrônica.

Risco Sacado – Transações financeiras decorrentes de convênios celebrados com diversas instituições financeiras para operações de risco sacado (também conhecidas como confirming, forfait, ou fornecedor condicionado) que não estavam registradas nas rubricas contábeis adequadas –Foi verificado que os registros decorrentes de transações financeiras envolvendo risco sacado e tomada de crédito para capital de giro não foram devidamente registrados pela tesouraria e reconhecidos em rubricas contábeis adequadas conforme normas (IFRS e IASB).

- Registros Contábeis – utilização de off books para registro dos levantamentos e ajustes decorrentes das inconsistências apuradas relacionadas ao Fato Relevante de 11 de janeiro de 2024:

5.2 Descrição dos controles internos

Utilização de “offbooks” para fins de preparação e refazimento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, assim como, da reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e nos

saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, das referidas demonstrações contábeis. Além disso, em função do grande volume de dados e ajustes apurados, houve atraso por parte da Companhia para realizar os registros contábeis nos sistemas operacionais SAP e Oracle.

Em razão da complexidade da fraude, da necessidade de desligamento de profissionais relevantes da Companhia e dos esforços envidados pela Companhia no ano de 2023 para aprovação do Plano de Recuperação Judicial, a Administração não teve tempo hábil para melhor discutir todos os pontos de deficiência significativa levantados pelos auditores independentes, inclusive porque muitos deles foram apresentados de forma inédita em cartas de controles internos, além de a Administração entender que alguns destes pontos não refletiam a realidade da Companhia.

Além disso, apesar dos pontos sinalizados pelos novos auditores sobre as DFs de 2021 e 2022, os relatórios das auditorias anteriores não haviam apontado algumas das deficiências acima e outras não haviam sido sinalizadas como deficiências significativas, o que dificultou também a busca por evidências pela Companhia, de modo que a documentação suporte de determinados pontos não chegou a tempo para análise do auditor independente.

De todo modo, a administração da Companhia elaborou seus respectivos planos de ação para dar o devido tratamento a todos os pontos de deficiência significativa indicados pelos auditores independentes no relatório circunstanciado e entende que os planos definidos para tais deficiências estão adequados para a correta implementação das recomendações reportadas pelos auditores independentes.

A área de riscos e controles internos está responsável pelo acompanhamento dos planos de ação que foram estruturados de acordo com as oportunidades de melhoria indicadas na carta dos auditores independentes e com as análises realizadas pela equipe de riscos e controles internos juntamente com as áreas responsáveis por cada assunto.

A Administração vem concentrando seus esforços para atualizar os auditores independentes para os trabalhos referentes ao exercício social de 2023.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências no relatório circunstanciado do auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Estamos comprometidos em continuar a melhorar nossos processos e continuaremos a revisar diligentemente nossos controles, a fim de mitigar potenciais efeitos adversos. Nesse sentido, implementamos e continuamos a implementar medidas destinadas a remediar as deficiências significativas, a curto e médio prazo e estamos em processo de implementação de planos de ação em resposta às deficiências significativas relacionadas aos aspectos Contábil, Normas e Procedimentos Operacionais “POPs” e Tecnologia da Informação.

A Companhia vem envidando todos os esforços para o saneamento dos pontos apurados pela auditoria independente, dentre os quais se destacam: (i) a implementação de um sistema EPM para automatização do cálculo de tomada de equivalência patrimonial e consolidação das controladas, de forma a evitar distorções significativas e/ou relevantes nas informações contidas nas demonstrações financeiras; (ii) a implementação de fluxo integrado para o processo de Verba de Propaganda Cooperada (VPC) para o físico e digital no novo sistema Portal Fornecedor e a formalização do processo através de um memorando técnico com o objetivo de mitigar fragilidades significativas em seus processos e controles que abrem possibilidade de fraudes; e (iii) a implementação de um sistema unificado de ERP, bem como a melhoria de seus controles tecnológicos.

Vale ressaltar que todos os pontos elencados no item “d” acima são referentes às auditorias das DFs de 2022 e 2021, portanto, refletindo os aspectos referentes a estes anos especificamente.

A administração da Companhia avaliou as demais recomendações reportadas pelos auditores independentes e, com base na relevância, probabilidade e possível magnitude dessas falhas, concluiu que os planos de ação definidos para tais deficiências estão adequados para a correta implementação das referidas recomendações.

A administração discutiu as recomendações com os auditores independentes, apontadas como significativas ou não, e concluiu que estas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras.

5.3 Programa de integridade

5.3. - Programa de integridade

A Companhia informa que, em razão dos fatos já divulgados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a sua administração vem conduzindo trabalhos para fins de revisão da sua governança, de modo que esta Política de gerenciamento de riscos e controles internos poderá sofrer alterações.

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos, ampla e abrangente, revisada e aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 9 de agosto de 2022, cujo objetivo é formalizar e estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades para controle e mitigação qualitativa e quantitativa dos riscos que afetam o desempenho e o crescimento da Companhia e suas subsidiárias ("Política de Gerenciamento de Riscos").

As atividades de gerenciamento de Riscos têm como princípio a adoção do Modelo das Três Linhas, que determina, de forma geral, as atribuições nos processos de gestão de riscos e de controles internos a três níveis organizacionais distintos que atuam de forma complementar nos esforços para proteção e mitigação de riscos.

Os riscos mapeados são monitorados constantemente pela primeira e segunda linhas através de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, indicadores de riscos, implantação dos planos de ação e alcance de metas, sendo também acompanhadas as ações para mitigação e controle desses riscos como parte do escopo de atuação das áreas de Riscos e Controles Internos e de Auditoria Interna.

São considerados na Política de Gerenciamento de Riscos, dentre outras categorias, os impactos provenientes de desvios de conduta, fraudes, corrupção e outros aspectos relacionados a conformidade e integridade. A existência de fatores de risco associados a esses aspectos é observada durante todo o processo de Gerenciamento de Riscos, composto pelas seguintes etapas:

1) Identificação de riscos

Riscos dessa natureza podem ser identificados durante o mapeamento de processos do negócio, em projetos e novos negócios, sobretudo onde há envolvimento de terceiros ou de órgãos públicos ou, ainda, durante apurações internas conduzidas pela área de Investigações.

2) Avaliação dos riscos

Os eventos de riscos dessa natureza são avaliados de acordo com a metodologia aplicada na Companhia, onde são descritos todos os possíveis fatores que podem levar a sua ocorrência e os impactos caso se materializem, sendo atribuída uma pontuação de probabilidade e outra de impacto, que juntas configuram o nível de criticidade do risco (multiplicação da probabilidade pelos impactos).

Na composição do mapa de riscos da Companhia, esses riscos são distinguidos dos demais, recebendo um atributo de identificação específico para fins de composição de relatórios e reportes, e são reavaliados pelo menos uma vez a cada ano.

3) Tratamento e resposta aos riscos

De acordo com a metodologia adotada, os riscos avaliados são priorizados com base em sua criticidade. Com isso, são tomadas ações para mitigar ou eliminar esses riscos, de modo a evitar ou reduzir sua probabilidade de ocorrência e/ou seus eventuais impactos.

4) Comunicação

O Mapa de Riscos é revisado sempre que necessário e pelo menos uma vez ao ano é apresentado pela Diretoria de Riscos, Auditoria e Compliance e validado pelo Conselho de Administração e Comitê de Auditoria. Para cada revisão, os riscos que o compõe são reavaliados com base no cenário e diretrizes vigentes, podendo haver alteração nos riscos prioritários caso surjam riscos emergentes ou fatos e eventos de elevada magnitude que alterem as pontuações de criticidade de um ou mais riscos no mapa. Os riscos considerados prioritários têm seus planos de ação acompanhados pelo Conselho de Administração por meio de seus

5.3 Programa de integridade

Comitês. Eventuais riscos relacionados a conformidade e integridade são discutidos em conjunto a Comissão de Compliance, que irá supervisionar a implementação das medidas.

Além da Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia conta ainda com diversas políticas, regimentos e Código de Ética e Conduta, adaptados e atualizados em Agosto de 2022 e sempre que necessário, passando por aprovação das Diretorias e estruturas competentes, bem como os Comitês e o Conselho de Administração, de modo a promover as boas práticas, como as frentes de ética, Compliance e sustentabilidade, relacionamento com stakeholders, conduta interna, situações práticas, canais de denúncia e sanções. Em conjunto, esses instrumentos proíbem qualquer forma de suborno, implementam preceitos de governança corporativa, incentivam a legalidade e a transparência de sua gestão e todos stakeholders, cumprem a Lei Anticorrupção, além de fornecer canais de denúncia e prever sanções ao seu descumprimento.

O Código de Ética e Conduta é aplicável a todos os associados e parceiros, apresenta valores e compromissos que devem ser seguidos por todas as partes interessadas, ao longo da nossa cadeia de valor.

A Política de *Compliance* tem como objetivo estabelecer as diretrizes e principais responsabilidades associadas à função de Compliance, observando as boas práticas de mercado e regulamentações aplicáveis, bem como disseminar a cultura e a prática de integridade por todos os níveis da Companhia, demonstrando a importância do conhecimento e cumprimento das determinações legais e procedimentais, tanto externas quanto internas.

A Política de Combate à Corrupção, estabelece e formaliza as diretrizes, regras e procedimentos para prevenir, identificar, monitorar, comunicar e combater quaisquer práticas de corrupção dentro da Companhia.

A Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo estabelece definições, diretrizes e responsabilidades na prevenção e combate a tais atos ilícitos, bem como informa canal para denúncia de irregularidades ou condutas suspeitas e apresenta as regulamentações de referência.

A Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses estabelece as regras que devem ser observadas em todas as transações comerciais. Fornece orientações à conduta dos administradores da Companhia e de suas controladas, de forma a zelar para que todas as Transações com Partes Relacionadas, e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses, sejam realizadas de acordo com os interesses da Companhia, em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, e de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

A Política de Segurança da Informação estabelece os princípios, diretrizes e regulamentos a fim de garantir o tratamento seguro das informações, dos dados e comunicações da Companhia e as Políticas de Privacidade demonstram o compromisso com a transparência, a privacidade e a segurança dos dados dos titulares, em linha com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18).

Além dos instrumentos já citados existe o Regulamento de Interações com Agentes Públicos, que reforça os padrões éticos e de conduta que devem ser adotados nas interações com agentes públicos, bem como estabelece medidas de cautela, de registro e controle dessas interações.

A Companhia adota ainda diversas ações preventivas de disseminação do Programa de Integridade, tais como: a) disponibilização de conteúdos na plataforma de treinamentos corporativa – Americanas Educa; b) inclusão da temática de integridade no programa interno de formação de lideranças; c) ações de comunicação na plataforma de colaboração corporativa através do grupo “Ética na Prática”; d) realização do evento “Mês da Ética”, promovendo lives temáticas para disseminar a cultura de ética e integridade entre os associados; e) divulgação de relatório anual para acionistas e demais partes interessadas pela Companhia estabelecendo métricas e indicadores do Programa de Integridade; bem como f) ampla divulgação do Canal de Denúncias, pilar do Programa de Integridade.

O Canal de Denúncias é independente, especializado e terceirizado, o Disk Alerta, onde as denúncias podem ser feitas de maneira anônima, estando disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, online no site <https://canaldedenuncias.com.br/universoamericanas> ou pelo telefone 0800 282 2550. As denúncias reportadas são tratadas de forma confidencial e os envolvidos tem preservados os seus direitos à privacidade e à confidencialidade, sendo inaceitáveis quaisquer formas de coação ou represálias. As denúncias recebidas são apuradas pela área de Investigações e classificadas, ao término da apuração, como: procedente, improcedente ou inconclusiva. Dentre as sanções aplicadas às denúncias apuradas como procedentes, estão: medidas disciplinares, demissões, demissões por justa causa ou até mesmo processos criminais, dependendo da gravidade da violação.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi

5.3 Programa de integridade

formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A despeito do acima descrito, a Companhia, por meio de sua Diretoria, do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração, monitora a eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. Com o intuito de viabilizar o fortalecimento de sua cultura ética, de riscos e de conformidade com a legislação e com os valores da Companhia, a Companhia mantém um Programa de Integridade (conhecido internamente como Programa “Ética na Prática”) voltado para todos os seus associados, parceiros e fornecedores, sejam eles de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual. O Programa é baseado em pilares que englobam processos e atividades conduzidas por diferentes áreas e possuem o intuito de prevenir, detectar e corrigir desvios à legislação, externa e interna, e à cultura ética. É, portanto, por meio da atuação conjunta desses pilares que a Companhia conduz os seus negócios com integridade e conformidade.

Além disso, como já dito, a Companhia adota o modelo das três linhas de defesa e acredita que as diversas áreas têm responsabilidade em monitorar os seus próprios riscos como primeira linha, e mantém áreas de controle, de segunda linha, como as áreas de Controladoria, Riscos e Controles Internos, Compliance, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação e também as áreas de terceira linha, Auditoria Interna e Investigações, fortalecendo o funcionamento e a eficiência dos mecanismos.

As áreas de controle são subordinadas operacionalmente às Diretorias Estatutárias e não Estatutárias da Companhia e pelo menos uma vez por ano, os riscos prioritários e seus planos de mitigação são reportados e discutidos junto ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria. O Conselho de Administração possui comitês de assessoramento que acompanham a estratégia de negócio e propõem recomendações para a gestão da Companhia. Ao todo, temos quatro Comitês – Auditoria, Financeiro, Nomeação, Gente & Sustentabilidade - nomeados pelo CA – formados por conselheiros e por membros externos e independentes convidados, que se reúnem a cada fechamento de trimestre ou sempre que houver convocação pelo seu Presidente em uma necessidade extraordinária.

Em 2021, em mais um passo em linha com as boas práticas de governança, a Companhia criou a Diretoria de Riscos, Auditoria e Compliance, no intuito de assegurar uma estrutura integralmente dedicada ao monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, com canal direto ao Comitê de Auditoria da Companhia, garantindo independência na prevenção e detecção de fraudes e erros, com o objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio que desenvolve.

Em abril de 2023, com vistas a aprimorar a gestão de riscos e controles, incluindo as circunstâncias que ocasionaram as inconsistências em lançamentos contábeis identificadas neste ano, a Companhia criou uma nova diretoria não estatutária jurídica e de compliance.

O novo Diretor Jurídico e de Compliance será responsável pela área jurídica e pela integridade corporativa da companhia e terá autonomia em relação às demais estruturas de gestão da Americanas, reportando-se administrativamente ao Diretor Presidente.

iii. Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Na data deste Formulário de Referência, possuímos um código de ética, formalmente revisado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 9 de agosto de 2022.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta da Companhia se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e associados e abrange também terceiros, tais como fornecedores e parceiros e está publicado em nosso site de Relações com Investidores que pode ser acessado através do link <https://ri.americanas.io/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os diretores, conselheiros e associados recebem o treinamento em relação ao Código de Ética e Conduta no processo de ambientação que ocorre no ingresso à Companhia, pelo menos uma vez ao ano ou a cada revisão do mesmo.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

5.3 Programa de integridade

São previstas aplicações de sanções para cada tema aplicável no Código de Ética e Conduta, a depender da natureza da violação. Dentre as sanções possíveis de aplicação, estão medidas disciplinares, demissões, demissões por justa causa ou até mesmo processos criminais, dependendo da gravidade da violação.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta foi revisado e aprovado pelo Conselho de administração, em reunião realizada em 9 de agosto de 2022 e pode ser acessado através do link <https://ri.americanas.io/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal para realização de denúncias, o Disk Alerta, independente, especializado e terceirizado, onde as denúncias podem ser feitas de maneira anônima por qualquer associado ou cidadão que se relacione conosco, estando disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, online no site <https://canaldedenuncias.com.br/universoamericanas> ou pelo telefone 0800 282 2550.

- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Disk Alerta é aberto a todos os stakeholders e tem como objetivo assegurar que todos os associados, fornecedores, parceiros, clientes ou qualquer cidadão ao observarem quaisquer desvios às diretrizes do Código de Ética e Conduta, políticas e regimentos internos ou atitudes suspeitas, possam reportá-los.

- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

As situações reportadas serão tratadas de forma sigilosa, sendo possível optar pelo anonimato. Todos os envolvidos têm reservados os seus direitos à privacidade e confidencialidade, sendo inaceitáveis quaisquer formas de coação ou represálias.

- iv. órgão da companhia responsável pela apuração de denúncias**

O canal é corporativo, ou seja, compreende a Companhia e suas controladas, e é administrado por uma empresa independente, terceirizada e especializada. Todas as informações necessárias para a apuração das denúncias são direcionadas para área de Investigações da Companhia, altamente treinada, imparcial e independente.

- c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

A Companhia não teve nenhum caso em investigação ou confirmado, nos últimos 3(três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

A Companhia possui Código de Ética e Conduta, políticas e regimentos internos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, conforme previsto no item 5.3 a) deste Formulário de Referência.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alteração significativa

A Companhia realizou uma revisão de sua política de gerenciamento de riscos, a qual foi formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia ("Política de Gerenciamento de Riscos") em 09 de agosto de 2022. A revisão visava evidenciar de maneira mais detalhada a metodologia utilizada pela Companhia. O risco de continuidade de negócio ficou mais exposto a partir do conhecimento de possíveis inconsistências contábeis conforme fato relevante divulgado em 11 de janeiro de 2023, com bloqueios de contas pelos bancos, o que foi minimizado com o ajuizamento do pedido de recuperação judicial em 19 de janeiro de 2023. Desde então, a Companhia vem dedicando todos os seus esforços na construção, negociação e aprovação de um plano viável com seus credores, no atendimento às necessidades de seus clientes, na manutenção da maior parte possível de seus empregos diretos e indiretos e em contribuir ativamente com o Comitê Independente e com os órgãos competentes nas investigações decorrentes do caso. Dessa forma, seu nível de exposição a riscos ligados à sua reputação, à concorrência, ao fornecimento de produtos e à captação de recursos de crédito e financiamento de dívidas aumentaram significativamente. A mudança na percepção da Companhia sobre esses riscos encontra-se descrita no item 4.1. do presente Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. - Outras informações relevantes

A Companhia informa que, em razão dos fatos já divulgados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a sua administração vem conduzindo trabalhos para fins de revisão da sua governança, de modo que esta Política de gerenciamento de riscos e controles internos poderá sofrer alterações.